

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE
SOFTWARES S.A.

RESULTADOS
2025



CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

São Paulo, 26 de março de 2026 - A Administração da Clarke Desenvolvimento de Software S.A.

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	197	36
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	1.127	4.688
Clientes	5	914	725
Tributos a Recuperar	6	347	240
Outros créditos		36	48
Total do circulante		2.621	5.737
Não circulante			
Realizável a longo prazo		-	128
Outros créditos		-	128
Imobilizado	7	85	105
Total do não circulante		85	233
Total do ativo		2.706	5.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		10	31
Impostos e contribuições sociais		82	52
Outras		241	187
Total do circulante		333	270
Não circulante			
Debentures		2.004	-
Total do não circulante		2.004	-
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	34.455	34.455
Prejuízos acumulados		(34.086)	(28.889)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	134
Total do patrimônio líquido		369	5.700
Total do passivo e patrimônio líquido		2.706	5.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	9	3.081	3.331
Custo dos serviços prestados a terceiros	10	(1.261)	(1.171)
Lucro bruto		1.820	2.160
Despesas gerais e administrativas	10	(7.170)	(7.295)
Despesas Não Operacionais		(10)	(33)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(5.360)	(5.168)
Receita financeira	11	292	607
Despesas financeiras	11	(129)	(17.669)
Resultado financeiro líquido		163	(17.062)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(5.197)	(22.230)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-
Prejuízo do exercício	12	(5.197)	(22.230)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	12	(0,20)	(2,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	12	(5.197)	(22.230)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(5.197)	(22.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.073	(6.327)	6.407	3.153
Aumento de capital conforme AGOE de 25/04/2024	8.1	31.382	-	(6.273)	25.109
Resultado líquido do exercício	12	-	(22.230)	-	(22.230)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(332)	-	(332)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		34.455	(28.889)	134	5.700
Resultado líquido do exercício	12	-	(5.197)	-	(5.197)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(134)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		34.455	(34.086)	-	369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	12	(5.197)	(22.230)
Despesas com juros e variações monetárias		(171)	-
Depreciação e amortização	10	27	14
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	(189)	(221)
Tributos a recuperar	6	(107)	(230)
Outros créditos		140	1.811
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(21)	(123)
Tributos e contribuições sociais		30	(88)
Outras contas a pagar		54	6
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(5.434)	(21.061)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto		3.838	(3.779)
Aplicações no imobilizado e no intangível		(7)	(100)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		3.831	(3.879)
Atividades de financiamento			
Empréstimos Bancários		1.898	(6)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(134)	(6.273)
Aumento de Capital Social	8.1	-	31.382
Ajustes de Exercícios		-	(331)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		1.764	24.772
Variação líquida do caixa		161	(168)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.1	36	204
Caixa e equivalentes de caixa finais	4.1	197	36
Variação líquida do caixa		161	(168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLARKE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Clarke Desenvolvimento de Software S/A (Companhia ou Clarke) é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de São Paulo - SP, controlada pela Energisa S/A, e tem como principais atividades empresariais o desenvolvimento de sistemas (software) e de programas de computador, o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizável, a intermediação e agenciamento de serviços e negócios e consultoria em gestão empresarial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas.

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

a) **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de

caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

- b) **Clientes** – é composto de faturas de serviços prestados de operação e manutenção, montagem e fornecimento de materiais e teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica e são reconhecidos quando da realização dos serviços. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração
- c) **Tributos a Recuperar** - Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.;

- e) **Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- f) **Receita Operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou

seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes; e

- g) Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025:

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista - circulante	197	36

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Renda Fixa	1.005	4.504
Renda Variável	7	24
Conta garantida	115	160
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	1.127	4.688

5. Clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes - Circulante	914	725

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL	25	25
Contribuições ao PIS e à COFINS	21	22
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	289	193
Outros	12	0
Total - Circulante	347	240

7. Imobilizado

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adição	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado					
Computadores e Periféricos		129	7	-	136
Equipamentos Eletrônicos		1	-	-	1
Total do imobilizado		130	7	-	137
Depreciação acumulada					
Computadores e Periféricos	20%	(24)	-	(27)	(51)
Equipamentos Eletrônicos	20%	(1)	-	-	(1)
Total depreciação acumulada		(25)	-	(27)	(52)
Total do Imobilizado		105	7	(27)	85

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adição	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado					
Computadores e Periféricos		29	100	-	129
Equipamentos Eletrônicos		1	-	-	1
Total do imobilizado		30	100	0	130
Depreciação acumulada					
Computadores e Periféricos	20%	(9)	-	(15)	(24)
Equipamentos Eletrônicos	20%	(1)	-	-	(1)
Total depreciação acumulada		(10)	-	(15)	(25)
Total do Imobilizado		20	100	-15	105

8. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$34.455 (R\$34.455 em 2024) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 25.662.858 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Serviços prestados	3.373	3.762
Total receita operacional		3.762
Deduções da receita operacional		
PIS	(32)	(49)
COFINS	(144)	(232)
ISS	(116)	(151)
Total - deduções receita operacional	(292)	(432)
Total - receita operacional líquida	3.081	3.331

10. Custos e despesas operacionais

Natureza do gasto	Total	
	2025	2024
Serviços Prestados	1.261	1.171
Pessoal	1.239	2.386
Material	11	20
Serviço de terceiros	3.043	3.245
Depreciação	27	14
Provisão para contingência	10	-
Outras despesas	2.840	1.630
Total	8.431	8.466

11. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	277	599
Juros e Multas Recebidos	-	5
Descontos Recebidos	15	3
Total receita financeira	292	607
Juros Pagos	(106)	(1)
IOF	(14)	(144)
Tarifa e Comissões Bancárias	(9)	(5)
Multas de Mora	-	(8)
Desvalorização de Aplicação	-	(2)
Impostos e Taxas	-	(19)
Perdas	-	(17.490)
Total despesa financeira	(129)	(17.669)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	163	(17.062)

12. Prejuízo por ação em milhares, exceto valor por ação

Resultado básico por ação	2025	2024
Numerador		
(Prejuízo) do exercício	5.197	(22.230)
Denominador		
Média ponderada de número de ações em milhares de reais	25.663	25.663
Resultado básico por ação – R\$⁽¹⁾	0,20	(0,87)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

Diretoria Executiva

Pedro Rio Verde Melo Nascimento
Diretor Presidente

Victor Copque dos Reis
Diretor de Tecnologia

Camila Schotti
Diretora de Negócios

Jesusimar de Oliveira Dornelas
Contador
CRC MG 64647-0